

HISTÓRIA SOCIOPOLÍTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Ronaldo de Oliveira Batista*
Antonio Ackel Barbosa**

■ Carlos Alberto Faraco, professor aposentado da Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde foi reitor entre 1990 e 1994, é um pesquisador conhecido no cenário acadêmico brasileiro. Publicou vários livros (sobre linguística histórica, norma culta e seu papel na sociedade e as ideias linguísticas de Bakhtin) e lançou, em 2016, a obra *História sociopolítica da língua portuguesa*, um extenso estudo, em perspectiva diacrônica, da língua portuguesa em sua dimensão externa, com destaque para as relações que a língua adquire quando considerada em seu papel de instrumento político.

Um tom de convite chega aos leitores, que podem até ser de primeira viagem em assuntos de história da língua, logo no primeiro parágrafo da Apresentação:

As línguas são fascinantes. Não há aspecto delas que não nos maravilhe, seja sua enorme complexidade estrutural e social, seja sua imensa heterogeneidade, seja ainda o fato de que são realidades com história. (FARACO, 2016, p. 9-11).

Após a apresentação do conteúdo do livro e da proposta de Faraco, somos introduzidos em uma história que destacará os tantos enlacs existentes entre línguas, adventos histórico-políticos e imaginários ideológicos, a partir de três relevantes questões linguísticas presentes de diferentes modos na história que o livro estabelece:

i. “Que circunstâncias históricas favoreceram essa sucessiva expansão (da língua) e que consequências advieram delas?” ii. Como essa língua se tornou objeto de discursos (proféticos, inclusive) e que narrativas a vêm acompanhando

* Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) – São Paulo – SP – Brasil. E-mail: robotista@mackenzie.br

** Katholieke Universiteit Leuven – Leuven – Bélgica – Visiting Scholar 2016. E-mail: ackelbarbosa@icloud.com

ao longo de sua história?" iii. "Que mitos se forjaram sobre ela e como eles persistem no tempo?". (FARACO, 2016, p. 10).

Inserido em longa tradição de estudos diacrônicos sobre o português e as línguas românicas, o livro de Faraco dialoga de modo direto (cf. a longa e útil seleção de referências bibliográficas em 18 páginas) e indireto com outros autores que refletiram sobre a constituição histórica da língua portuguesa desde seus momentos iniciais.

Nos estudos de Vidos (1963), um dos autores nessa tradição, as línguas românicas foram originadas de rupturas que afetaram as formas falada e escrita do latim. Essa diferenciação, que encontra eco nas preocupações contemporâneas sobre o certo e o errado no uso da língua, é conhecida como *urbanitas* e *rusticitas* (vulgarismos). Como é natural das línguas, o latim falado também apresentava uma variação vertical (social) e horizontal (geográfica), enquanto a língua da literatura era vista como homogênea. Após a queda do Império Romano, durante o século V, a separação entre essas duas formas de falar foi eliminada, para benefício dos vulgarismos que, mesmo depois de séculos de privações, puderam abrir caminhos para a formação das línguas românicas. Essa foi uma época em que a fragmentação cultural, espiritual, material e linguística se unificou de certo modo. Língua românica fica sendo, então, aquela derivada do latim que permaneceu com as marcas dessa língua em seu vocabulário, sintaxe e estrutura morfológica, mas que revela sua característica românica. Dada a natureza dessas línguas, o português pode ser descrito dessa forma e estudado sob essa raiz.

Esses períodos formativos, que Vidos tão bem aborda em seu clássico *Manual de lingüística românica* (1963), constituem o ponto de partida da história social e política de Faraco, que recobre o trajeto histórico da língua portuguesa desde a *Gallaecia Magna* (meados do século X), passando pela constituição política do português como língua nacional, e por políticas de língua no Brasil colonial e imperial, chegando até a questões sobre lusofonia, tema de reflexão bastante atual, que nos remetem ao questionamento inquietante de Faraco na sua conclusão: "Alguma esperança para o mundo de língua portuguesa?".

História, um longo primeiro capítulo (p. 9-225), revisita em linguagem didática e acessível aos não iniciados temas já tradicionais no pensamento sobre a história das línguas românicas e da língua portuguesa. Desse modo, os leitores podem observar episódios históricos como o movimento político-militar da Reconquista, grande responsável pela criação e estabilização do reino de Portugal e por uma relativa clivagem linguística da faixa costeira ocidental ibérica.

Quando Portugal se separou da Galiza, no século XII, o galego-português era o idioma mais falado em toda a região noroeste da Península Ibérica. A região já tinha seu prestígio desde a época da fundação de Santiago de Compostela, que se tornou o maior centro de devoção da Idade Média. A educação de reis e membros da nobreza dos reinos em formação passou a ser feita lá, com isso, a Galiza tornou-se também um pólo de produções trovadorescas. A língua românica adquiriu feição portuguesa no século XIV, a partir da influência dos dialetos moçárabes e dos fatos políticos do prestígio de Lisboa (SPINA, 2008, p. 42), que funcionaram como adstratos no galego-português (GARCIA, 2002).

Dos dialetos românicos moçárabes, pouco restou além de algumas poesias conhecidas por *jarchas*. Contudo, há características desses dialetos, que servi-

ram de superstrato para outros após a Reconquista, basicamente na toponímia (BASSO; GONÇALVES, 2014, p. 108). Após mudanças gramaticais, fonológicas e ortográficas, a língua portuguesa se destacou de tal forma que, além de estabelecer-se na região centro-meridional, atravessou outros mares e, a partir do século XV, alcançou regiões da África, Índia, Brasil, China, Timor e Japão. Cada uma dessas regiões escreveu sua história de subjugação e tentativas de sublevaração em relação a Portugal.

Episódios como esses, com influência direta na constituição da língua como instrumento social e político, são retomados por Faraco, que mostra, também, resultados históricos dos empreendimentos portugueses após um período de auge como colonizador, como o caso da Índia, que tomou posse de suas terras colonizadas por Portugal em 1661, e o da Revolução dos Cravos de 1974, que reconheceu a independência de países africanos cujo idioma oficial é o português. Fatos como esses mostram pontos de conclusão de um Portugal já enfraquecido, um antigo desbravador marítimo que, ao longo dos tempos, entre outros acontecimentos, viu tanto o auge e a decadência de seu comércio com o Oriente quanto os lucros e as idas e vindas de uma política escravagista e extrativista no Ocidente, com a exploração de índios e negros para o uso de bens naturais das terras que colonizou.

Essa história social e política teve implicações diretas na história externa da língua, como ressalta Faraco em vários momentos de seu livro, e nesse aspecto está uma das grandes contribuições de *História sociopolítica da língua portuguesa*. Os leitores verão, por exemplo, que um dos meios mais produtivos para enfrentar o problema linguístico no Brasil foi fazer uso das *línguas da terra*, pessoas nativas que sabiam o português e, pelo menos, mais uma língua. Mais do que isso, eram intérpretes linguísticos para o europeu. Dada a particular característica de expansão por enclaves, a língua portuguesa favoreceu o surgimento de, no mínimo, um pidgin (uma língua funcional que compreende uma gramática e léxico reduzidos), e várias línguas crioulas africanas com base portuguesa (línguas relativamente estáveis com inventário lexical completo). Nesse momento, o autor relembra o problemático consenso teórico sobre a gênese das línguas crioulas (FARACO, 2016, p. 70). Esse debate movimentou uma série de autores que buscam compreender a relação de línguas do colonizador com línguas dos colonizados, bem no espírito ressaltado também por autores como Arends, Muysken e Smith em *Pidgins and creoles*, de 1994:

[...]as línguas crioulas são diferentes das línguas comuns, na medida em que vieram existir em qualquer tempo. Aplicar as técnicas da linguística histórica às línguas crioulas não é simples, ainda mais, pressupondo responder à questão sobre quais línguas devem ser comparadas a crioula: a língua que forneceu o léxico, ou a(s) língua(s) que foram responsáveis pela maioria dos aspectos da estrutura gramatical — tanto quando se possa identificá-los? (ARENDS; MUYSKEN; SMITH, 1994, p. 4, tradução nossa).

No primeiro capítulo, o qual possui a difícil função de apresentar aos leitores um período que recobre mais de dez séculos, vemos ainda eventos cruciais de uma história externa do português. Momentos, por exemplo, em que se ampliou o papel social das línguas vernáculas (decorrência da reforma religiosa), no en-

tanto, não sem disputas com a Igreja, que sempre insistiu no ensino das línguas clássicas, em especial o latim. Os missionários jesuítas, contrários a essa ideia, tornaram-se estudiosos das línguas e escreveram gramáticas, coligindo vocabulários bilíngues com o intuito de catequizar na língua local.

Houve grande embate entre autoridades religiosas e os missionários a respeito do estímulo ao uso das línguas locais *versus* a imposição da língua do colonizador. Esses desentendimentos resultaram na intervenção do Marquês de Pombal para uma ação política a favor do uso oficial da língua portuguesa nos territórios colonizados, a despeito de todo o trabalho realizado pelos jesuítas. Essa questão linguística passou a ser tema do § 6 do *Diretório*, no governo de Pombal, que mostra grande ambição social, cultural e econômica, inspirado em crenças iluministas, e que previa construir uma sociedade dissociada de suas condições reais. O tratado de Pombal, que não logrou sucesso em Goa, segundo Faraco, também não logrou sucesso absoluto no Brasil, pois até meados do século XIX é possível identificar amplo uso de uma língua geral no vasto território amazônico.

A expansão e o estabelecimento da língua portuguesa foi, na realidade, resultado de mudanças demográficas e econômicas, e não de um decreto de imposição de língua. É possível afirmar que esse documento tenha corroborado para solidificação de um ponto de vista linguístico, assim como outros documentos como as *Instruções Régias* e o *Regimento das Missões*, porém, durante séculos, o Brasil, assim como Goa (destacada por Faraco como exemplo de luta pela manutenção de sua língua), passou por uma “guerra” entre as línguas locais e a língua portuguesa.

Faraco, ainda no primeiro capítulo, ressalta as relações entre a língua e seu uso e as políticas no período imperial. A sempre reduzida elite intelectual, apoiada em seu português culto, admirava os conhecimentos acadêmicos que oferecia a Faculdade de Direito de Coimbra. Mais tarde, recebeu grande aporte cultural de instituições como a Imprensa Régia, a Missão Artística Francesa, a Faculdade de Medicina na Bahia, a de Direito em São Paulo e Olinda, a Academia Militar no Rio de Janeiro e o Colégio Pedro II, fundado em 1837, voltado à formação dos filhos da elite.

O desenvolvimento brasileiro se deu de forma lenta e passou por profundas transformações socioeconômicas como a industrialização, a urbanização, os meios de comunicação e a expansão da rede escolar. Nesse contexto histórico, como Faraco delinea com precisão, surgiu um problema que se instaura até hoje: o preconceito linguístico. Se no fim do século XVIII tínhamos a ideia de impor ao índio uma língua que nada tinha a ver com a sua realidade social, hoje, em pleno século XXI, despreza-se toda uma variedade linguística do português popular no Brasil. Por exemplo, ainda é um tabu para muitos fazer uso dos pronomes *ele(s)/ela(s)* no lugar do objeto direto.

Toda essa história resultou em consequências, pois o Brasil convive, até hoje, com a polarização de normas sobre certo e errado, evidenciada na gramática escolar, como destaca Faraco:

[...] este novo gênero vai ter vida própria e paralela aos tratados gramaticais fundados na pesquisa filológica e linguística. Serão rios a correr em paralelo, raramente se tangenciando. De um lado, o saber mumificado das gramáticas escolares e, de outro, as investigações dos fatos da língua, desenvolvidas no campo das ciências da linguagem — filologia e linguística. (FARACO, 2016, p. 216).

No fim do primeiro capítulo, Faraco assume seu lugar de professor e usuário consciente da língua e faz uma espécie de apelo, atual e relevante, para que se redesenhe a norma-padrão brasileira, atualizando suas fontes de referência e abandonando o que para ele são invencionices do século XIX.

O segundo capítulo, *Rumo à lusofonia* (p. 228-357), perfaz o caminho político da língua portuguesa em torno da ideia de uma grande Lusitânia, que existe desde 1415, e revelava para o homem português, contemporâneo de Vasco da Gama, as expansões marítimas e conquistas como sendo profecias divinas. Segundo o Padre Antonio Vieira, Portugal era a cavalaria de Cristo, o Reino que deu luz à lusofonia e foi escolhido por Deus para estabelecer o Império de Cristo e dos cristãos, instrumento de obras admiráveis (FARACO, 2016, p. 232).

Faraco, na sua reconstrução episódica da história da lusofonia, retoma personagens como Fernando Pessoa, na voz de Bernardo Soares, e Agostinho da Silva, filósofo, que depositavam sua fé numa revolução cultural e moral para reconstrução da sociedade portuguesa, com vistas a um tempo de paz, liberdade e fraternidade para todos. Gilberto Freyre também é recuperado como um dos maiores propagadores do mito que afirma ser o colonialismo português diferente dos demais colonialismos europeus. Na constituição de um espaço lusófono, Faraco ainda nos aponta que, nos séculos XVII e XVIII, o europeu ainda lutava pelas prometidas glórias míticas de Portugal e na ideia de um Brasil como centro administrativo do Império integrado, sem a polarização metrópole e colônia. Com o Estado Novo de Salazar e Vargas, os dois países experimentaram aproximação. O fim da segunda Guerra Mundial e o começo da Guerra Fria estreitaram ainda mais esses laços, e o movimento preparava uma aliança político-diplomática: a Comunidade Luso-Brasileira.

A questão ortográfica precisou de dois eventos para ser “resolvida”: a Convenção, de 1943; e o novo Acordo, de 1945. Em meio a tantos esforços empenhados em projetos que os portugueses vislumbraram, nenhum deles se destacou tanto quanto a Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

No segundo capítulo, Faraco também trata de movimentos de reaproximação entre Brasil, Portugal e ex-colônias africanas, já no século XX, e também discute a cooperação em todos os domínios para promoção e difusão da língua portuguesa, que só conseguiu, de fato, dar seus primeiros passos para cumprir seu grande objetivo de unificação linguística 14 anos depois, em 2010.

No final do segundo capítulo, a voz do professor intercede novamente no autor Faraco em favor de uma revisão da norma de referência: qual norma deve ser ensinada? A culta, que é praticada no país diariamente, ou a padrão, que não sai do livro desde o século XIX?

O tom de questionamento presente em várias partes do livro encerra a história que Faraco reconstruiu sob sua perspectiva, a partir de uma vasta pesquisa em diferentes fontes (evidenciada, como apontamos, pela ampla seleção de referências bibliográficas). A *conclusão* (p. 360-367), ao questionar sobre o futuro da língua portuguesa, coloca em pauta para reflexões futuras questões como a hegemonia do português em países como Portugal e Brasil, a oficialidade do idioma no espaço lusófono, a presença do português em comunidades imigrantes com relação a outras línguas, e também a política linguística em comunidades remanescentes do colonialismo português.

Ainda estão presentes na alentada apresentação de Faraco, para uma história social da língua portuguesa, índices de assunto, nomes e obras, além de um índice geral. Além das 18 páginas de referências, uma dedicatória pessoal e emocionada também situa Faraco no panorama de estudos históricos da língua portuguesa. Rosa Virgínia Mattos e Silva (1940-2012) é lembrada em três sin-tagmas nominais que evidenciam todo o papel que ela representa para os estudos diacrônicos na linguística e filologia brasileira, “pesquisadora exemplar, mestra de muitos, amiga caríssima”.

Tendo em mente um leitor de fôlego (o livro tem quase 400 páginas e não se ressentiria de uma divisão mais articulada e seriada entre os diferentes assuntos que aborda), interessado em conhecer mais de uma história esquecida em meio a outras histórias, o livro de Faraco cumpre o objetivo de ser uma síntese de vários estudos mais especializados, cumprindo com brilhantismo sua primeira função: ser a apresentação de uma história externa da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

- ARENDS, J.; MUYSKEN, P.; SMITH, N. *Pidgins and Creoles: An introduction*. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 1994.
- BASSO, R. M.; GONÇALVES, R. T. *História concisa da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FARACO, C. A. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.
- GARCIA, A. S. O português do Brasil: questões de substrato, superstrato e adstrato. *SOLETRAS*, Rio de Janeiro, ano II, n. 4, p. 70-80, jul./dez., 2002.
- SPINA, S. (Org.) *História da língua portuguesa*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.
- VIDOS, B. E. *Manual de linguística românica*. Madrid: Aguilar, 1963.

Recebido em 12-01-2017.

Aprovado em 02-02-2017.